

# Entre “natureza morta” e cultura viva: os museus de história natural

Between “dead nature” and living culture: natural history museums

**JOSÉ MAURO MATHEUS LOUREIRO**

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio

*RESUMO: Os museus de história natural caracterizam-se por sua vinculação aos projetos científicos de coleta, pesquisa e classificação da natureza. A constituição da memória científica moderna, somada às exigências de culto à identidade da nação, por meio da objetificação da empiria, faz com que os museus desenvolvam recursos de preservação e exposição da “vida” natural e cultural a partir da “natureza morta”. O presente artigo trata da tensão entre “natureza morta” e “cultura viva” presente na objetificação da empiria constituinte das coleções dos museus de história natural.*

*Palavras-chave: museus de História Natural; natureza; vivificação; objetificação; práticas interativas.*

*ABSTRACT: The natural museums are characterized by their attachment to projects related to scientific collection, research and nature classification. The constitution of modern scientific memory added to the cult requirements to nation identity, by means of empiric objectification, allows that museums develop preservation resources and the exposition of natural and cultural life from ‘still life’. This article deals with the tension between still life and live culture present in the objectification of the constituent empiric which makes part of the museums collections of natural history.*

*Key words: Natural History museums; nature; vivification; objectification; interactive practices.*

1. A idéia de “Natureza” e seus correlatos nas cosmologias ocidentais modernas são fundamentais para a compreensão do universo dos museus de história natural. A construção dos sentidos de natureza, para a qual esse tipo de museu contribuiu na modernidade ocidental, encontra-se vinculada às relações que diferentes contextos sociais mantiveram com o “real” em nossa tradição cultural.

No mundo grego, a idéia de natureza (*kósmos*) é entendida como conjunto heterogêneo, regido por leis, de coisas ordenadas e reguladas pelo “mecanismo das causas eficientes como obra de uma finalidade”.<sup>1</sup> Na perspectiva aristotélica, por exemplo, natureza opõe-se ao acaso, como substância e causa. A visão do *kósmos* como portador de um *lógos* encontra-se também no pensamento dos teólogos

cristãos do mundo medieval. Contudo, se a razão presente na natureza é entendida na filosofia grega como interior e imanente, na filosofia cristã medieval será afirmada como transcendente e exterior, portanto, criada e finita. Assim, o finalismo dessa idéia, agora obra de Deus, respalda os pensadores cristãos (na vertente escolástica e aristotélico-tomista) na afirmativa de que os homens devem voltar-se igualmente para o fim último das coisas: o criador, Deus.<sup>2</sup> Os seres humanos, assim, não pertencem à natureza, mas “à graça, que é sobrenatural”.<sup>3</sup>

No ocidente moderno, diferentes visões integram o sentido de Natureza. Em distintas vertentes filosóficas, por exemplo, são destacados seus atributos heterogêneos constitutivos de uma perspectiva unificadora do múltiplo e diferenciado. Dessa maneira, entretanto, enfatizam-se os atributos de totalidade e/ou conjunto de entes reais na busca de suas perspectivas essenciais e intrínsecas.

Nos horizontes da ciência moderna, por sua vez, são ainda formalmente valorizadas as perspectivas matemáticas de interpretação, baseadas em uma concepção cartesiana do real. A natureza é idealizada como máquina, cuja ordenação atende a um fim determinado. Embora não vista como orgânica, ainda assim, no início do período moderno, a natureza é tida como um sistema, dadas as suas características de totalidade e ordenação, as quais se pode conhecer por meio da razão. “Trata-se evidentemente de uma valoração nova e radical da *realidade* física do mundo apreensível pela *razão* humana (vista ela própria como *natural*) e oposta à preeminência cristã tradicional da sobrenatureza e da transcendência moral”.<sup>4</sup>

Tais características foram sobretudo desenvolvidas a partir do século XVIII – o “século que viu e glorificou na razão e na ciência a suprema faculdade do homem”.<sup>5</sup> Se, durante o século XVII, desenvolve-se e consolida-se o cartesianismo, é durante o Iluminismo que a fé na razão se expande não como idéia, mas como ação. A consolidação da imanência delinea os horizontes para uma nova relação entre experiência e pensamento – *mundus sensibilis* e *mundus intelligibilis*. Há uma profunda relação entre o “problema da natureza” e o “problema do conhecimento” – princípio de entendimento do *mun-do natural*.<sup>6</sup> As representações mecanicistas da natureza oriundas da ciência e do ideário iluminista serão sublimadas pelo Romantismo, constituindo-se então o organicismo em lugar dos modelos sistêmicos mecanicistas.

A cosmologia das sociedades ocidentais modernas<sup>7</sup> tem seus valores, representações e ideologias permeadas pela idéia de natureza como exterior ao humano – fenômenos universais não pertencentes ao universo das sociedades humanas, isto é, exteriores à denominada tradição social.

Os sentidos de natureza são histórica e etnograficamente variáveis e “intrinsecamente culturais”,<sup>8</sup> refletindo as diferentes relações que os grupos humanos mantêm com a empiria ao longo do tempo. A categorização de natureza “é sempre construída por referência ao domínio humano e está em última instância conformada pelas idéias e práticas concernentes a self e otherness. Esta não é meramente uma analogia simbólica, mas uma “homologia” da experiência”.<sup>9</sup>

**2.** A racionalidade instrumental combinada à concepção imanente da natureza e à gênese da ciência moderna constitui o horizonte em que se desenvolve o estudo do universo material (*natura*) diferenciado do humano – a “história natural”. Por outro lado, a consolidação do entendimento de natureza como *inventário das coisas*<sup>10</sup> e a superação da síntese aristotélica,<sup>11</sup> contribuem, ainda, para o delineamento desse projeto prático e utilitário de conhecimento. A botânica, como ilustra Thomas,<sup>12</sup> “nasceu como uma tentativa de identificar os ‘usos e virtudes’ das plantas, essencialmente para a medicina, mas também para a culinária e a manufatura”.

O surgimento da história natural, em meio à Modernidade europeia, corresponde ao ritmo das transformações nos modos de interpretação e instrumentalização da natureza. As representações dos fatos naturais, amparadas na racionalidade científica, são elaboradas a partir de um conjunto interpretativo ordenador constituído pela classificação, codificação e sistematização. Expressão do ideal científico de domínio (considerado então moralmente correto) da natureza, a história natural define uma nova hierarquia na relação entre o homem e a natureza para a qual provê uma ordem intelectual.<sup>13</sup> Durante o século XVIII, período de sua consolidação como disciplina, ocorre a inserção e desenvolvimento do estatuto do humano na história natural. A visão naturalista, de perfil empírico e descritivo, privilegiando a morfologia animal e a mensuração, restringe-se a uma antropologia meramente física, integrando o humano à zoologia; “a história natural do homem apresenta-se por conseguinte segundo um esquema análogo àquele que se aplica aos diversos animais”.<sup>14</sup> O estudo sistemático do homem, tornado objeto científico pelos naturalistas, configura a noção de “espécie humana” opondo-se aos estudos anteriores que privilegiavam os conceitos de consciência e de organismo individual. Como retrata a *Encyclopédie* ao final do século XVIII, o termo antropologia é entendido como uma “economia animal” e sinônimo de anatomia.

É ainda nessa época que o desenvolvimento dos horizontes epistemológicos advindos dos saberes físico-matemáticos que permeiam o mecanicismo originam as “ciência naturais”, diferenciando-as da história natural. Trata-se de aplicar ao empirismo prevaletente nesta última o rigor de princípios analíticos e metodológicos que privilegiam a experimentação, verificação e a universalidade dos resultados: “o conhecimento da natureza viva ganhou rigor e não mais simplesmente história”.<sup>15</sup>

O pensamento moderno distingue a “filosofia natural”, entendida como “reflexão rigorosa sobre a natureza”,<sup>16</sup> da “história natural”, cujas ações se voltam para a historicização e descrição da empiria. Essa diferenciação manterá a história natural, fundamentalmente no século XVII, em um patamar de inferioridade frente à filosofia natural, fortemente vinculada, à época, ao fisicalismo. O desenvolvimento e especialização crescentes das ciências naturais, entretanto, conduzem a filosofia natural a um crescente descrédito nos séculos posteriores em função de seu caráter especulativo: a “[...] palavra ‘filosofia’ é marcada de suspeição, na medida em que ela opõe o uso especulativo e o uso científico do conhecimento”.<sup>17</sup> O conhecimento realmente válido da realidade, tal como se cristalizará no “cientificismo”, provém unicamente do caráter experimental de uma ciência rigorosa.

A ruptura entre a “filosofia da natureza” e a “ciência positiva” dar-se-á a partir do conceito germânico de *Naturphilosophie*, que expressa o idealismo e o romantismo nesse momento. A contribuição da filosofia idealista de Herder, Hegel e Fichte foi essencial para o desenvolvimento de uma “atenção crítica ao horizonte do iluminismo e da disposição em oferecer alternativas ao modo excessivamente linear ou materialista de conceber a história dos filósofos anglo-franceses”.<sup>18</sup> O movimento romântico, iniciado no século XVIII, representa uma reação formal ao racionalismo e ao cientificismo. O romantismo, com o qual as Ciências Humanas possuem uma relação umbilical, revela e contrapõe-se ao racionalismo e ao fisicalismo que caracterizam o universalismo. A *Naturphilosophie*, pedra angular e matriz ideológica da visão de mundo romântica, ao contrário das ciências positivas, propõe o conhecimento do universo em sua totalidade e busca “recuperar um horizonte humano; ela deve comemorar a antiga aliança do pensamento com a terra dos homens, [e] romper com a irrupção da inteligibilidade físico-matemática”.<sup>19</sup> À hegemonia do mecanicismo, contrapõem-se o vital e o orgânico, elementos fundamentais para a proposta de entendimento da natureza como um todo significativo. O ideário romântico influencia

todo o panorama das ciências naturais e humanas do século XIX e apresenta inúmeras continuidades no pensamento moderno.

Na atualidade, a história natural compreende uma variada série de disciplinas científicas. Para algumas correntes, abrange o estudo das coisas vivas, privilegiando assim os diversos ramos das ciências biológicas; para outras, inclui saberes como a paleontologia e partes da geologia. Seja qual for a vertente adotada, tal disciplina vincula-se sempre aos elementos da vida, do cosmos e da cultura. O argumento *naturalista*, em estreita conexão com a categoria *vida* ao longo do tempo, guiou as objetificações da história natural.

3. Os museus de história natural contemporâneos têm sua gênese vinculada aos “gabinetes de curiosidades”, espaços de estudo surgidos nos primórdios de desenvolvimento da ciência moderna e do humanismo renascentista. Esses ambientes reuniam, para fins de estudo, objetos heterogêneos que incluíam desde espécimes naturais, passando pelas *artes* mecânicas e químicas, antiguidades, entre outros; formando “um painel do mundo por meio de um microcosmos do estranho, do peculiar e do raro”.<sup>20</sup> Tais gabinetes e as atividades ali exercidas vinculam-se aos processos de transformação estrutural da sociedade europeia que delinearam a Modernidade. O desenvolvimento da racionalidade instrumental e do projeto científico moderno foi essencial à institucionalização de tais empreendimentos. Contribuíram, ainda, para a consolidação desses espaços, os parâmetros menos logocêntricos do conhecimento<sup>21</sup>, desenhados pela chegada de objetos trazidos do Novo Mundo e de regiões extra-europeias, os quais deflagraram esforços voltados a solucionar inúmeros problemas relativos à classificação universal.

A relevância adquirida pela história natural durante o século XVIII contribuiu decisivamente para a transformação dos espaços museológicos voltados para o tema. Nos horizontes iluministas, sobretudo após a Revolução Francesa, a história natural era entendida como atividade passível de contribuir para o aperfeiçoamento intelectual dos cidadãos, e os museus que a divulgavam adquiriram grande importância. As perspectivas classificatórias e de publicação do conhecimento trazidas pelo enciclopédismo encontraram em tais espaços condições apropriadas para a concretização desse ideário, como mostra a criação do “Museu Nacional de História Natural” (*Jardin des Plantes*), em 1793, na França. A construção e a preservação de coleções no interior dos museus contribuíram para o projeto de uma taxonomia universal, e a sua exposição pública serviu por outro lado como instrumento do projeto educacional do Iluminismo.

Durante o século XIX, o Romantismo forneceu subsídios essenciais para uma re-configuração dos museus de história natural. Em sua reação à ordem intelectual iluminista, privilegiou inúmeros aspectos que contribuíram para o delineamento das feições que tais museus possuem até os nossos dias. A valorização da história e das origens “primitivas” e populares e um “evolucionismo romântico” em que os seres caminham do estado bruto para o sublime ilustram as influências desse movimento nos museus. Pilar ideológico fundamental do ideário romântico, a *Naturphilosophie* enfatizou o conceito de “totalidade” – a “mais abrangente de suas dimensões constitutivas”<sup>22</sup> – e delineou uma nova perspectiva na apreensão dos fenômenos naturais e sociais. Novas perspectivas científicas e de apreensão do real foram deflagradas a partir da apreensão dos seres vivos como “totalidades em si”<sup>23</sup> e da adoção do ponto de vista do orgânico e do vital em oposição aos postulados mecanicistas. A temporalidade romântica, expressa na categoria de “historicidade”, compreendida como irreversível, e cujo

desenvolvimento se deve “essencialmente ao sentimento de um ‘espírito do tempo’ (*Zeitgeist*) nunca idêntico em suas manifestações”<sup>24</sup>, é outro dos fatores que marcaram indelevelmente os museus de história natural até a atualidade.

Tais museus dispensaram um novo tratamento ao estatuto do humano, até então considerado exclusivamente do ponto de vista físico, agregando antropologias de modos diferenciados no mundo germânico. Essa mudança se dá em nome do desenvolvimento e influência da *Kultur* – vinculada qualitativamente aos valores espirituais e morais –, expressa por meio de ações intelectuais e artísticas, dentre outras, que privilegiavam a individualidade, a criatividade, a singularidade e as características particulares dos vários segmentos sócio-culturais. A *Kultur* opunha-se à idéia de *Zivilisation*, típica da modernidade iluminista e defendida pela *intelligentsia* vinculada à aristocracia dos territórios que dariam origem ao Estado alemão, enquanto processo progressivo de tornar-se “culto” e “civilizado” e remetendo ainda à idéia de refinamento e polidez. Outro fator que contribuiu para um novo olhar dos museus de história natural acerca do humano foi o estabelecimento progressivo de uma dicotomia entre as “ciências da natureza” (*Naturwissenschaften*) e as “ciências humanas” (*Geisteswissenschaften*).

Na qualidade de instituições de memória, os museus de história natural possuem características essenciais que os singularizam frente aos demais espaços consagrados à memória coletiva. Tanto no passado como na atualidade, vinculam-se aos projetos científicos de coleta, pesquisa e classificação da natureza ou, como é também denominado, “mundo natural”. Compartilham, com maior ênfase a partir do século XX, temáticas com os denominados museus de ciência e técnica<sup>25</sup> sem deixarem de lado suas singularidades.

A demarcação do território temático dos museus de história natural é sempre tarefa imprecisa e difícil, em virtude da heterogeneidade de seus acervos, da diversidade das áreas científicas envolvidas e da multiplicidade de seus objetivos como espaços de preservação e disseminação da memória. Por outro lado, a totalidade e a universalidade características de tais espaços museológicos os tornam *loci* privilegiados para a análise dos processos, produtos e redes sócio-técnicas geradas pelo olhar científico sobre a natureza ao longo do tempo e da divulgação da ciência para o público em geral. Ao lado dessa característica totalizadora, foi atribuída ainda a essa instituição uma “tarefa difícil: harmonizar o projeto de produção de uma memória neutra da universalidade do saber científico às exigências de promoção particular das identidades nacionais modernas”.<sup>26</sup>

4. Os museus de história natural ocidentais, dentre outras variáveis que integram suas propriedades essenciais e sua localização geográfica no Ocidente moderno, constituem-se em domínios nos quais fragmentações e segmentações são sistematizadas sob o manto de uma lógica totalizante. Esses espaços deveriam refletir significados, sentidos e valores atribuídos ao mundo natural por meio dos variados sistemas de pensamento que integram o projeto científico da modernidade. Às representações que épocas e sociedades distintas construíram (e constróem) acerca da natureza foram incorporados materiais pertencentes à denominada “cultura material”.

Para tanto, contribuíram sobremodo os processos de instituição ou reinvenção das nações modernas, somados às perspectivas românticas das identidades coletivas e às tentativas de consolidação das identidades nacionais ao longo do XIX.<sup>27</sup> Os elementos do mundo social são incorporados a esses museus em virtude de seu entendimento como integrantes do universo físico e natural – diferenciam-se pela complexidade, porém, compartilham a mesma natureza. Essa visão, oriunda do Iluminismo, é fortalecida ainda no século XIX com o predomínio dos ideais positivistas, evolucionistas e a voga cientificista.

O processo de autonomia do campo cultural em relação às ciências naturais, no século XIX, presente na consolidação da dicotomia cultura/natureza, gerou novas perspectivas quanto às representações do humano nos espaços museológicos dedicados à história natural. Convivem lado a lado a visão biológica do humano e a sociocultural, esta última expressada por uma área mais objetivável que é a cultura material, entendida como tudo aquilo que se caracteriza pela intervenção humana. Os fenômenos socioculturais defrontam-se com as tensões referentes aos domínios do objetivo/subjetivo, do material/imaterial. Há invariavelmente uma significativa problemática em tais domínios museológicos no que se refere à sua capacidade de expressar os fluxos específicos da vida, do humano e do cosmos por intermédio de uma economia do concreto e, portanto, da forma.

Agregando aos seus acervos a cultura material, os museus buscaram constituir-se assim em espaços de memória, preservação e divulgação das apreensões científicas da totalidade do mundo objetivo e da universalização de sua interpretação. As coleções etnológicas e arqueológicas, formadas por fragmentos produzidos no mundo social, coletados a partir de lógicas, ideologias, visões científicas e institucionais diferenciadas, são incorporadas a tais espaços museológicos a fim de ilustrar as idéias de “evolução” e “progresso” do humano na ciência moderna, refletindo as tentativas de entendimento dos caminhos que se estenderiam das origens (*arché*) à civilização – entendida a partir dos pressupostos da modernidade ocidental. Nesse sentido, cooperam com o delineamento das diferenças, na construção do “outro” e explicitam horizontes científicos de objetificação das várias sociedades e grupos sociais. Os artefatos integrados aos acervos de tais museus não seriam caminhos para a interpretação das cosmologias e das vertentes simbólicas das várias sociedades, mas relatos das ideologias e contextos científicos de sua coleta e apropriação.

A cultura material, ao ser “musealizada”, é submetida a um processo homogeneizador destinado a torná-la, sob uma rigorosa racionalidade científica, elemento das narrativas museológicas. Destituída da dinâmica multirrelacional e simbólica característica da “vida” das diferentes formações sociais, tem seus significados e ambigüidades interpretados e associados à conjuntura institucional e científica. À semelhança de um “espécime” dissecado e, portanto, “morto”, a “cultura material” é preparada para representar a “vida” das sociedades humanas.

Ao reunir os simétricos inversos “natureza” e “cultura” (ou o “dado” e o “construído”, o “natural” e o “artificial”), esse tipo de instituição museológica reforça seu perfil universalizante como repositório do cosmos para onde convergem os sentidos e os bens reificados, entendidos como componentes da “natureza”. Em sua intrínseca disposição de abranger um amplo leque de subáreas do conhecimento científico, os museus de história natural revelam os paradoxos e contradições inerentes à sua configuração.

5. Coleções e exposições, elementos essenciais dos museus clássicos formados a partir da reunião de objetos heterogêneos, constituem-se em eixos determinantes das funções e práticas museológicas. Os objetos, elementos do sensível, são evidências heterogêneas do mundo físico, coletadas e selecionadas a partir de diversos valores e propósitos. Em sua materialidade, inscrevem-se os significados e sentidos presentes em todas as atividades humanas de sua produção e coleta. Na esfera museológica, o termo “objeto” refere-se globalmente a espécimes, artefatos e às demais denominações empregadas para nomear todo material coletado ao qual foram atribuídos valores culturais. Quando retirados de seus contextos socioculturais originários e incorporados às instituições museológicas, os objetos são submetidos aos procedimentos que caracterizam a denominada “musealização”. As técnicas e instrumentos aí empregados buscam, do ponto de vista da Museologia,<sup>28</sup> imprimir novos usos, significados

e referências por meio de operações relativas a técnicas de sistematização da informação,<sup>29</sup> preservação e exposição. Nesse processo, destinado a transformar objetos em documentos, ocorre a retirada de sua função de uso primeira, a descontextualização espaço-temporal e a alteração de seu código denotativo. Submetidos às regras de produção da esfera museológica, os objetos integram conjuntos narrativos destinados à reconstituição espaço-temporal de seus contextos originários. Nesse processo, sobrecodificado pela área de conhecimento à qual o objeto encontra-se vinculado, exemplaridade e autenticidade desempenham papel fundamental na determinação institucional e técnica da “verdade” materializada.

As sínteses narrativas materializadas dos olhares científicos sobre os “reinos naturais” e as sociedades humanas têm nos objetos “musealizados” agenciadores privilegiados dos processos de racionalização e fragmentação dos fluxos de subjetivação na modernidade ocidental. Tais objetos são institucionalmente investidos da capacidade de articular, material e simbolicamente, passado e presente, tempo e espaço, memória e história. Trata-se de transformar o conhecimento científico em saber coletivo, em experiências culturalmente determinadas. Os processos de reificação inerentes ao discurso museológico e ancorados na cultura material trazem à tona questões relativas à tensão sujeito/objeto proporcionada pela “objetificação” da vida na modernidade ocidental.

Os efeitos desse processo de objetificação da vida podem ser compreendidos mais claramente a partir das concepções de Simmel.<sup>30</sup> Contrapondo instâncias simbólicas identitárias e alteridade, o autor assinala que a objetificação da vida provocaria uma ruptura entre as dimensões objetivas e subjetivas da cultura moderna. Nesse sentido, a cultura (produção de formas por meio das quais o humano se expressa e realiza) se comporia de uma dupla face formada pela “cultura subjetiva” e “cultura objetiva”. A primeira diz respeito à capacidade de os indivíduos ou as coletividades produzirem e controlarem os recursos da cultura objetiva com fins de desenvolvimento. A segunda compreende o mundo dos objetos em permanente geração e aperfeiçoamento. Não há como existir uma sem a outra. Na modernidade, entretanto, a cultura objetiva converte-se em elemento independente capaz de alterar o desenvolvimento das formas subjetivas dos indivíduos e coletividades em formas objetivas. Muito embora ocorra um permanente incremento da produção de elementos da cultura objetiva, os indivíduos não conseguem agregar a estes sua subjetividade. A elaboração técnica, somada à intensificação massiva do objeto cultural, faz com que este perca todo e qualquer significado subjetivo. Dessa maneira, as formas culturais objetivas alteram as formas de vida subjetivas (valores, espiritualidade, dentre outras) gerando conseqüências negativas aos fluxos de subjetivação na modernidade.

Nos museus de história natural – espaços onde os elementos materiais da ciência (“coisas mortas”), em seu intento de conhecer a “vida”, são “objetificados” a fim de serem preservados e expostos – destacam-se os dilemas trazidos pela prevalência da cultura objetiva e da categoria “morte”. Para atenuá-los, são concebidas estratégias destinadas a reinstalar a força da “vida” e garantir a tensão cultura objetiva/cultura subjetiva.

Entre os recursos museográficos mais freqüentes encontramos a disposição seqüencial de elementos em uma linha de tempo e a simulação de seu contexto original. A temporalidade linear, expressa pelas idéias de “vida” e “fluxo”, torna-se um mecanismo de afirmação da cultura subjetiva e da categoria “vida”, sobretudo na elaboração imaginária da “grande cadeia dos seres”.<sup>31</sup> Para enfatizar a categoria “vida”, os museus de história natural recorrem ainda a temas como o surgimento da terra, à identidade, à nação (como pátria vivida e sentida) e ao “espírito do lugar” (como espaço que carrega seu próprio passado). Ao criar tramas em que memória, tempo e espaço são entrelaçados como “fontes de vida”

para a materialidade que preside as narrativas museológicas dos princípios da ciência, os museus de história natural tornam-se máquinas de transformar “morte” em “vida”.

A trajetória do objeto (espécime ou artefato) pelo interior dos mecanismos de “musealização” destina-se a integrá-lo à construção de uma “memória mundo”. Esse processo de inclusão relaciona-se ao projeto moderno de uma memória pública e institucional voltada para a permanência e a estabilidade dos saberes. Os arranjos museológicos, tecnologias da produção de memória, elaboram sínteses de feição enciclopédica privilegiando o retrospectivo e seqüencial em uma temporalidade linear. Os fluxos e movimentos do mundo físico e das culturas são configurados a partir de critérios de relevância e valores institucionais e/ou profissionais, na maior parte das vezes, positivistas. O estatuto temporal de tais instituições privilegia em suas ações performativas o absoluto em lugar da transitividade.

**6.** A categoria “tempo” é o elemento que normatiza, conecta e dá sentido à transmissão da memória e do patrimônio científicos no cenário dos museus de história natural. Nesse sentido, é fundamental abordar, ainda que sucintamente, as condições modernas de emergência das perspectivas conceituais da temporalidade que presidem os arranjos “museais”.

Durante o percurso de constituição do Ocidente, as interpretações teóricas e conceituais acerca da categoria tempo tiveram significados e sentidos variados. É a partir do período moderno que prevalece a noção de um tempo dividido quantitativamente e supostamente isento de qualquer conteúdo mítico. O desenvolvimento da ciência moderna e da tecnologia contribuiu, sobretudo, para a formação de uma nova percepção da temporalidade. A partir, principalmente, dos postulados da física newtoniana, ocorre a prevalência de um tempo quantitativo e independente. A temporalidade caracteriza-se, então, pela adoção do tempo histórico e linear – “aberto nas extremidades infinitas do passado e do futuro”<sup>32</sup> – que subjaz às ideologias racionalistas e individualistas. É no interior dessa configuração temporal que se opera o projeto ideológico das construções da história e da memória coletiva distinguindo passado, presente e futuro. A temporalidade nesse contexto é entendida como encadeamento uniforme dotado de sentido com características de progressão, periodização e irreversibilidade, enfatizando o primordial e o originário.

Dois elementos inscritos na temporalidade pretérita mostram-se essenciais para a invenção dos sentidos das sociedades modernas: a genealogia – como busca de antepassados – e a cronologia – como elemento estruturante da história.<sup>33</sup> Tais dimensões integram as complexas e amplas questões relativas à função social do passado. Por outro lado, a noção de futuro encontra-se permeada pela ideologia do progresso (científico e técnico) e da evolução como conquista por meio dos desenvolvimentos do presente (elo entre o passado e o futuro). As idéias de progresso e evolução são tomadas como valores portadores de uma lógica capaz de conduzir as nações, grupos sociais e pessoas à “civilização”.

A rígida uniformização da categoria “tempo” será questionada a partir das várias áreas do conhecimento, principalmente, no início do século XX. Na Filosofia, por exemplo, opondo-se à tradição que considerava análogos e paralelos tempo e espaço, Bergson afirma ser o espaço um conjunto de pontos no qual se pode passar de um para o outro, enquanto o tempo caracteriza-se pela irreversibilidade, pela direção, sendo cada momento inigualável por ser uma criação irrepitível à qual não se pode retornar. O tempo bergsoniano – a “duração real” – não é mensurável e nem tampouco espacializado, mas algo cuja realidade imediata apresenta-se à consciência. Uma vez que tempo e espaço são antípodas, é unicamente a intuição que possibilita a apreensão da duração real, a vida. A realidade da vida encontra-se no movimento, na fluidez, naquilo que virá a realizar-se. Assim, os conceitos filosóficos e



científicos, que até então compreendiam o tempo privilegiando o aspecto espacial, estariam, para Bergson, equivocados. A rejeição da idéia de tempo e espaço absolutos e as considerações acerca dos aspectos da temporalidade vinculados à duração, sucessão, conservação e ato, permitem ao autor mostrar a passagem do “tempo psicológico” ao “tempo ontológico”.<sup>34</sup> Este último é aquele no qual se encontra o ser, é o tempo no qual se dá a criação e duração da vida, da consciência e da matéria. Nessa circunstância, o tempo psicológico compreende somente um aspecto do tempo ontológico. Todos os equívocos até então relacionados às reflexões acerca do tempo residiriam em não considerar que a vida psíquica (consciência individual) possui uma natureza unicamente temporal e sofre mudanças permanentes.

Uma síntese das formulações de alguns autores, hoje clássicos, permite entrever a multiplicidade de noções relativas à interrelação tempo/vida social. Referimo-nos aqui, inicialmente, ao “tempo social”, denominação oriunda da escola sociológica francesa, que entende o tempo como representação social, ou seja, uma construção simbólica estruturada a partir das singularidades e sentidos prevaletentes nas culturas. Durkheim,<sup>35</sup> por exemplo, entendeu o tempo – e também o espaço – como fenômeno criado e percebido pela sociedade por meio das “representações coletivas”. Expressiva contribuição foi trazida também por Evans-Pritchard<sup>36</sup>, ao interpretar o tempo a partir dos conceitos de “tempo ecológico” e “tempo estrutural”, ambos de caráter social. O primeiro, construído a partir de ações coletivas socialmente ordenadas vinculadas à produção; o segundo, vinculado às perspectivas genealógicas (filiações, clãs, entre outras). Após a Segunda Guerra Mundial, a significativa e marcante abordagem estruturalista desenvolvida por Claude Lévi-Strauss<sup>37</sup> teve expressiva influência nos estudos antropológicos, atingindo ainda outras áreas do conhecimento. Em sua obra, na qual a análise das estruturas dos universos mitológicos possui valor central, o autor considera o tempo como categoria abstrata nos modelos da vida social a partir da dicotomia saussureana sincronia/diacronia. “Tempo sincrônico” (linear e irreversível) e “tempo diacrônico” (orientado pelos mitos) dizem respeito não só a diferentes modalidades temporais, mas apontam para antíteses entre estrutura e eventos, modelos e realidade, e assim por diante. O primeiro caracteriza as “sociedades quentes”, possuidoras de nossa concepção de tempo histórico e nas quais os eventos ocorridos nesse tipo de temporalidade são preservados para não serem removidos. O tempo diacrônico vincula-se às “sociedades frias”, caracterizadas pelo modo mítico de pensar e quadros cognitivos cristalizados e pouco sujeitas à mudança.

Entendemos a categoria “tempo” como uma construção ou invenção que retrata horizontes simbólicos e a constituição de sentidos em variadas culturas. As configurações culturais vinculam-se às cosmovisões de diferentes épocas e culturas. As temporalidades e os ritmos da vida social dela derivados são suscetíveis de mudanças a partir das invenções, reinvenções e imprevisibilidades que marcam a vida social. Práticas sociais e a invenção de diferentes artefatos influenciam na construção da noção de tempo no interior dos grupos e sociedades. Não há um tempo real e/ou verdadeiro, mas percepções socialmente construídas que o configuram e o transformam. Como construção e/ou invenção, a temporalidade é instituinte de ritmos, processos e fluxos que traduzem e estruturam as cosmologias das várias sociedades humanas. Os espaços sociais apresentam temporalidades diferenciadas, determinadas por razões heterogêneas como etnia, crença, gênero e tantas outras. A configuração social do tempo delinea a relatividade de suas representações em uma perspectiva transcultural. Os significados e valores que permeiam as temporalidades encontram-se vinculados às especificidades de cada grupo social, assim como a categoria espaço – noção essencialmente associada às análises do tempo.

A temporalidade constitui-se em um dos maiores desafios enfrentados pelos museus de história natural em suas ações voltadas à divulgação científica. As narrativas expositivas de tais instituições devem tornar visíveis e inteligíveis fenômenos e relações vinculados às geociências, à biologia e às ciências humanas, inscritos em escalas temporais profundas. A extensão dessas trajetórias do tempo é mais bem compreendida a partir do conceito de “tempo profundo” (termo criado por John McPhee nos anos 1980 a partir de estudos geológicos), popularizado por Gould<sup>38</sup> para descrever o percurso temporal da Terra, que se refletiria em bilhões de anos. Essa temporalidade radical, em virtude de seu afastamento da experiência humana cotidiana, requer estratégias e mecanismos museográficos que contemplem diferentes características cognitivas do público, permitindo-lhes apreender e incorporar os fenômenos apresentados no interior dessa essencial passagem do tempo. A complexidade inerente a essa tarefa torna-se mais evidente ao sublinharmos que as narrativas museológicas dos museus de história natural caracterizam-se por representações não-discursivas de jogos de temporalidade profunda, construídas em diferentes contextos socioculturais.

7. A memória tornou-se “uma das preocupações culturais e políticas centrais das sociedades ocidentais”.<sup>39</sup> O conceito de memória, “cujo significado preciso é inversamente proporcional à sua utilização retórica”,<sup>40</sup> tornou-se matéria por excelência dos diversos tipos de museus. A memória coletiva ou social encontrou nos espaços museológicos locais adequados para a sua institucionalização. As contribuições museológicas para a invenção de um patrimônio cultural, tradição e identidades comuns são determinadas a partir de práticas relativas à memória.

Nas formações museológicas a memória é composta a partir de fragmentos do real cuja coleta e seleção espelham valores, ideologias e interesses de vários segmentos sociais em contextos sócio-históricos diferenciados.<sup>41</sup> Os processos posteriores de preservação e disseminação são compostos por ações modelizadoras que visam incorporar vestígios materiais a conjuntos de elementos significativos daquilo que se deseja recordar. Os museus são assim aparatos voltados para a recordação e a lembrança do passado. Por outro lado, refletem também o controle exercido sobre a lembrança e a tradição por meio da consolidação do que é esquecido – daquilo que deve ou não deve ser lembrado, representado, registrado. O esquecer, essencial no universo mnemônico, é muitas vezes atravessado por estratégias ideológicas e conflitos sociopolíticos.

Espaços de síntese, tradução e sistematização do conjunto de lembranças que estruturam os acontecimentos no tempo e no espaço, os museus buscam atribuir e compartilhar sentidos e significados ao passado. O preservado e disseminado é produzido a partir de complexas organizações racionais das várias áreas do conhecimento.

Nos museus de história natural, a face dinâmica, heterogênea e aleatória dos fenômenos é composta e decomposta na busca da ordem. Os vestígios “naturais” concretos são desnaturalizados e desterritorializados, transformando-se em artefatos mnemônicos. Compõem o cenário de uma “natureza” disciplinada, reveladora de uma memória dos olhares tecnocientíficos. A natureza, “musealizada” e transformada em bem cultural, é reinventada a partir de pressupostos cumulativos, lineares e de exemplaridade. Nessa operação de representação, o museu de história natural, impondo um tempo e um espaço social à natureza, constitui-se como realidade autônoma. As interpretações advindas do projeto científico da modernidade acerca daquilo que denominamos mundo natural constituem a “memória da natureza”, preservada e divulgada por tais espaços museológicos.

A expansão e consolidação no Ocidente moderno do Estado nação durante o século XIX conferem atribuições específicas quanto às funções da memória e das instituições destinadas à sua preservação e difusão (Arquivos, Bibliotecas e Museus Nacionais). Cabe a elas delinear um passado e legitimar a invenção das tradições<sup>42</sup> que conferem um passado comum à idéia de nação. É nesse contexto que o processo de criação de patrimônios culturais é coordenada pelo Estado como instrumento de instauração de um patrimônio e identidade comuns. Nesses espaços são produzidas e organizadas convenções materiais e simbólicas de caráter abrangente, destinadas a se tornarem marcos de pertencimento à nação.

O processo de institucionalização museológica da memória de uma “natureza nacional” encontrou nas singularidades da racionalidade científica moderna seu modelo definidor. Os museus de história natural são produzidos e organizados de modo sistemático a partir de fragmentos e imagens oriundas das representações científicas. Por outro lado, tratando-se de agências estatais de memória, mesmo as perspectivas científicas encontram-se submetidas aos valores e ideologias hegemônicas ao Estado.

As ideologias nacionalistas e as noções de identidade, cultura e etnia pressupõem a homogeneização de seus componentes intrínsecos. Além dos aspectos simbólicos que integram tais construções, faz-se necessário, na maior parte das vezes, um espaço natural “imutável”, uma paisagem comum e linhas divisórias (fronteiras) que delimitem espaços de pertencimento.<sup>43</sup> A diversidade intrínseca do ambiente físico dos territórios nacionais necessita de espaços e processos que permitam o estabelecimento de conexões de diferenças e particularidades em uma unidade sistêmica. Embora lhes seja atribuído um caráter universalizante, os museus de história natural refletem a memória das contribuições científicas modernas às invenções das sociedades, nações e culturas.

8. O que se encontra em jogo nos museus de história natural é o emprego da “natureza objetiva” como instrumento conceitual e concreto de representação da categoria vida (*Bio*). É por meio da morte ou perda de suas especificidades essenciais, e posterior conservação *in vitro*, que o espécime torna-se apto a integrar os dispositivos destinados à narrativa museológica. À “natureza morta”, tipologicamente ordenada e cientificamente descrita, que é atribuída a função de representar as teorias empregadas nos estudos do fenômeno “vida” no tempo e no espaço. Este é, por exemplo, o caso dos “museus de acervo vivo”, como os jardins botânicos e zoológicos – onde os espécimes são mantidos vivos, mas são privados de seus ecossistemas de origem. Essa mesma disposição impregna os objetos da ordem da cultura. Deslocados de seus contextos, usos e funções originários, esses fragmentos de segmentos culturais diversos – “étnicos”, “nacionais”, “nativos”, dentre outros – são submetidos ao exame das práticas científicas e, concomitantemente, destinados a ilustrar um todo social complexo, multidimensional e dinâmico. Desse modo, seriam, por analogia, “naturezas mortas” dos coletivos humanos e cosmovisões (a categoria “vida” em seu aspecto sociocultural) que os criaram e lhes deram sentido. Aqui também se encontra ausente o fenômeno essencial dos universos sociais – os sujeitos produzindo e transformando suas culturas, imersos em suas relações intersubjetivas e cosmológicas. Falta a ação humana em sua relação com o mundo das coisas sensíveis – sempre repleta de múltiplos significados e sentidos. Processos e produtos científicos de fabricação da natureza e interpretação de universos socioculturais diferenciados são incluídos em um tempo histórico universal a fim de consagrar significados e sentidos instituintes da memória coletiva. Para isso, fenômenos materiais são apresentados em uma ordenação temporal sistemática, baseada em uma linearidade evolutiva, a fim de integrar a “natureza morta” em um fluxo unitário do vivido.

De modo a ultrapassar a tensão inerente à apresentação da “vida” por meio da “natureza morta”, os museus de história natural vêm empregando em suas exposições recursos interativos, enfatizando a participação multissensorial do visitante por intermédio de práticas interativas. Para tanto, são desenvolvidas atividades em que a vida é revivida pelo sensorial, permitindo uma fuga à visão e à razão aliada ao logocentrismo. As vertentes interativas como o *hands on* (de feição mecânica e manipulativa), *mind on* (que enfatiza o exercício mental em lugar da manipulação) e a *heart on* (cuja ênfase recai sobre a emoção),<sup>44</sup> somadas às apresentações de processos vitais nas quais a vitalidade do observador com as coisas observadas é uma busca da superação das dicotomias entre objetivo/subjetivo, morto/vivo que acompanham o desenvolvimento dos museus de história natural ao longo do tempo. Muitas exposições, desde algum tempo, têm sido desenvolvidas de modo a favorecer os processos relacionados à “memória ativa”, ou seja: a revivificação produzida pelo observador por intermédio da interatividade deve, para uns, estar vinculada ao que ele já sabe, para outros, suscitar prenúncios dos abismos de questionamentos que se abrirão. Todos esses procedimentos fundam-se na visão romântica de revitalização do biológico, cosmológico ou sociocultural expressos em termos como “museu vivo” e outras denominações assemelhadas. Tais mecanismos e estratégias museográficas e interativas, entretanto, devem privilegiar o original, o autêntico e, muitas vezes, o singular que se encontram em sua coleções. Tais conceitos, acrescidos da tridimensionalidade dos objetos “musealizados”, contribuem, sem dúvida, para um maior envolvimento emocional e cognitivo do público.

Elemento significativo dos museus de história natural diz respeito à noção de “espírito do lugar”, entendida como “a consideração das qualidades sensíveis associadas à imagem pública ou aos meios físicos habituais em que se manifesta uma instituição museal específica”.<sup>45</sup> Essa noção evidencia os diferentes domínios históricos da instituição e de suas coleções. Assim é essencial ressaltar as características históricas e formais da edificação que abriga o museu, bem como de seus bens patrimoniais bibliográficos, arquivísticos, dentre outros. É necessário, ainda, destacar acontecimentos e personagens que marcaram a história da nação. Essa remissão à sua própria história permite ao museu a realização de ações que propiciam o diálogo história/ciência, e também exige a reinstalação da historicidade da edificação, dos acontecimentos e das coleções em processos e mecanismos que tornem a instituição um “lugar vivo”. Nesse sentido, há que se conjugar níveis de temporalidade e atividade interativas no interior das exposições que integram a biografia da vida do ecossistema, os acervos relacionados à cultura e os elementos integrantes do espírito do lugar. Por fim, é necessário compatibilizar jogos temporais que contemplam o próximo e o longínquo, o tradicional e o atual e tantas outras oposições em níveis integrados de historicidade.

Ao longo de seu desenvolvimento, coube a um grande número de museus de história natural a representação da nação em diversos planos. Processos e ações foram empregados de modo a agregar, organizar e expor coleções que incorporassem formulações conjunturais do nacional. Utilizando técnicas, linguagens e instrumentos variados desenvolvem-se expressões museográficas destinadas à publicação em meio à esfera pública das diferentes coleções, institucionalizando a integração das categorias de “natureza” e “nação” (incluindo as categorias “nacional” e “nacionalismo”). O entrelaçamento institucionalizado de ambas as categorias abrange interpretações e formulações cujos caminhos e estratégias compreendem conteúdos e processos de vivificação expressos nos mais diversos cenários ideacionais e discursivos dos espaços museológicos.

Museus (não apenas os de história natural) são espaços de sistematização ficcional da memória e do patrimônio. Seu *ethos* memorialístico, universalista e trans-histórico espelha a relação do homem com o cosmos por meio dos pressupostos autorizados pela ciência moderna. A construção de uma

memória e de um patrimônio *naturais*, na verdade científicos, por meio de grandes sínteses museológicas, consiste em operações ideológicas de ordenação da realidade. São inventários reificados (e reificantes) de caráter fragmentário, destinados a traçar genealogias e percursos do refinamento progressivo (a idéia de “civilização”) do humano em si e em sua relação com a natureza. Nesse sentido, essas instituições buscam prover as significações necessárias e o ordenamento simbólico adequados para nossa relação com a multidimensionalidade da categoria “vida” e a totalidade complexa da natureza por meio das “naturezas mortas”.

Pragmáticas museológicas, somadas à cientificidade moderna, configuram o cenário dos museus de história natural, onde a natureza morta é submetida às estratégias de vivificação, temporalização e historicização, destinadas à consagração e delimitação de significados e sentidos instituintes da memória coletiva. Diante do perecível e da impermanência que caracteriza o cosmos, pretende-se recriar aquilo que do ponto de vista científico deve ser lembrado (ou esquecido) como vida.

## NOTAS E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

*José Mauro Matheus Loureiro é Doutor em Ciência da Informação e Professor da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - Unirio.*

- 1 LENOBLE, Robert. A história da idéia de natureza. Lisboa: Ed. 70, 1996, p. 186.
- 2 A respeito do entendimento medieval da categoria natureza, ver: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude. Dicionário temático do Ocidente medieval II. Bauru: EDUSC, 2002.
- 3 Ibid., p. 187.
- 4 DUARTE, Luiz Fernando Dias. La nature nationale: entre l'universalité de la science et la particularité symbolique des nations. *Civilisations*, v. LII, n. 2, 2005a, p. 7.
- 5 CASSIRER, Ernst. A filosofia do Iluminismo. Campinas: Editora UNICAMP, 1997. p. 16.
- 6 Ibid.
- 7 Descola afirma que na “cosmologia ocidental [...] a natureza é definida negativamente como a parte ordenada da realidade que existe independentemente da ação humana”. DESCOLA, Philippe. *Constructing natures: symbolic ecology and social practice*. In: DESCOLA, Philippe; PALSSON, Gisli (Orgs.). *Nature and society: anthropological perspectives*. London: Routledge, 1996. p. 86. Essencial ainda para o aprofundamento das análises a respeito do caráter ontológico do naturalismo da cosmologia ocidental é: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Atualização e contra-efetuação do virtual: o processo de parentesco*. In: VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios*. São Paulo: CosacNaify, 2002, p. 402 - 405.
- 8 ELLEN, Roy F. The cognitive geometry of nature: a contextual approach. In: DESCOLA, Philippe; PALSSON, Gisli, op. cit., 1996. p. 103.
- 9 Ibid., p. 111
- 10 Ibid.
- 11 SCHIEBINGER, Londa L. *Nature's Body: gender in the making of modern science*. Boston: Beacon, 1993, p. 43.
- 12 THOMAS, Keith. *O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e os animais, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988, p. 33.
- 13 Ibid., p. 62
- 14 GUSDORF, George. *Introduction aux Sciences Humaines: essai critique sur leurs origines et leur développement*. Paris: Edition Ophrys, 1974, p. 152.
- 15 Ibid., p. 344.
- 16 Ibid.
- 17 GUSDORF, George. *Le savoir romantique de la nature*. Paris: Payot, 1985, p. 14.
- 18 DUARTE, 2005a, op. cit.
- 19 GUSDORF, 1985, op. cit., p. 37.
- 20 PYENSON, Lewis; SHEETS-PYENSON, Susan. *Servants of nature: a history of scientific institutions, enterprises, and sensibilities*. New York: W.W. Norton & Company, 2000, p. 39.
- 21 BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento: de Gutemberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 79.
- 22 DUARTE, 2005a, op. cit., p. 8.
- 23 Ibid.
- 24 Ibid., p. 10.
- 25 Consultar o texto já clássico de GIL, Fernando B. *Museus de ciência: preparação do futuro, memória do passado*. *Revista da Cultura Científica*, n. 3, p. 72-89, 1988.
- 26 DUARTE, 2005a, op. cit., p. 1.
- 27 DUARTE, Luiz Fernando Dias. *Ethos privado e racionalização religiosa. Negociações da reprodução na sociedade brasileira*. In: HEILBORN, M. L.; DUARTE, L. F. D.; LINS DE BARROS, M.; PEIXOTO, C. (Orgs.). *Relações familiares, sexualidade e religião*. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- 28 A Museologia é aqui interpretada como discurso especializado que adota uma postura multidisciplinar de caráter teórico e instrumental de modo a preservar e divulgar seletivamente as redes de sentido e significados produzidas pelos seres humanos. Do ponto de vista institucional, agências de fomento a classificam como “Ciência social aplicada”. O assunto tem gerado inúmeros debates entre os profissionais, não sendo nosso propósito discuti-lo neste momento.

- 29 Em Museologia, tais procedimentos são conhecidos pelo termo genérico "Documentação".
- 30 SIMMEL, Georg. *La tragédie de la culture et autres essais*. Paris: Bibliothèque Rivages, 1988.
- 31 GOULD, S. J. *Seta do tempo, ciclo do tempo: mito e metáfora na descoberta do tempo geológico*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- 32 DUARTE, Luiz Fernando Dias. Três ensaios sobre pessoa e modernidade. *Boletim do Museu Nacional*, n. 41, 1983, p. 21.
- 33 LE GOFF, J.; SCHMITT, J., op. cit., p. 300.
- 34 cf. BERGSON, Henri. *A evolução criadora*. Rio de Janeiro: Ed. Delta, 1964.
- 35 DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- 36 EVANS-PRITCHARD, E. E. *Os Nuer*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1978.
- 37 LÉVI-STRAUSS, Claude. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Papyrus Editora, 2002.
- 38 GOULD, op. cit., 1991.
- 39 HUYSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000, p. 9.
- 40 GILLIS, John R. *Memory and identity: The history of a relationship*. In: GILLIS, John R. (Org.) *Commemorations: the political of national identity*. Princeton: Princeton University Press, 1996, p. 3.
- 41 Nesse sentido, acreditamos que "as coisas nunca são coisas em si: significam coisas outras". RODRIGUES, José Carlos. *Antropologia e comunicação: princípios radicais*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p. 118.
- 42 HOBBSAWM, Eric. *Introdução à invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1984.
- 43 A respeito da relação paisagem/nação, consultar DAOU, Ana Maria. *Tipos e aspectos do Brasil: Imagens e imagem do Brasil por meio da iconografia de Percy Lau*. In: ROSENDAHL, Zenv; CORRÊA, Roberto L. (Orgs.). *Paisagem, imaginário e espaço*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- 44 WAGENSBERG, Jorge. O museu "total", uma ferramenta para a mudança social, p. 309-323. *História, Ciência Saúde*, n. 1, v. 1, 2005.
- 45 MUSEU NACIONAL (Brasil). *Programa de revitalização do escritório técnico-científico*. Rio de Janeiro: não publicado, 2000.

Artigo recebido para publicação em 05/2007.

Aprovado para publicação em 01/2008.